

## Ações estatais e a educação das pessoas com deficiência: analisando a atuação do Estado e das famílias na segunda metade do século XX em Sergipe

### State actions and the education of people with disabilities: analyzing the performance of the State and the families in the second half of the 20th century in Sergipe

Walna Patrícia de Oliveira Andrade<sup>1</sup>  
Secretária de Estado da Educação de Sergipe  
walnaandrade77@gmail.com

Joaquim Tavares da Conceição<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Sergipe  
joaquimcodapufs@gmail.com

**Resumo:** Este artigo analisa e discute a importância da luta das famílias para que ações estatais, relacionadas à educação das pessoas com deficiência, fossem efetivadas. O objetivo foi compreender o papel das famílias no processo educacional das pessoas com deficiência e investigar como o Estado participou desse processo no período estudado. Para tanto, foi realizada uma pesquisa na perspectiva da História Cultural, tendo como aporte teórico Chartier (1988), a partir das categorias de representação, práticas e apropriação; de

---

<sup>1</sup> Secretária de Estado da Educação de Sergipe – Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe; Grupo de estudos e pesquisas em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Bahia - Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe; Grupo de estudos e pesquisas em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (Gephed/Cnpq/UFS).

cunho documental e conjugada com a História Oral Temática, pautada em Meihy e Holanda (2015), por meio de narrativas obtidas em entrevistas. Constatou-se que o associativismo foi um movimento importante como forma de garantir acesso à educação por parte das pessoas com deficiência e que, apesar desta luta ter partido das famílias, o Estado teve importante participação na manutenção das instituições fundadas para este fim.

**Palavras-chave:** Ações Estatais; Associativismo; Educação Especial.

**Abstract:** This article analyses and discusses the importance of the struggle from the families so that state actions, related to the education of people with disabilities, were implemented. The objective was to understand the role of the families at the educational process of the people with disabilities and to investigate how the State took part of this process during the period under study. For this purpose, a research was realized from the perspective of the Cultural History, having Chartier (1988) as a theoretical contribution, as of the categories of representation, practices and appropriation; of documental stamp and combined with the Thematic Oral History, debated in Meihy and Holanda (2015), through narratives obtained in interviews. It was found that associativism was an important movement in order to guarantee access to education for people with disabilities, and that, although this struggle came from the families, the State had an important participation in the maintenance of the institutions founded for this purpose.

**Keywords:** State Actions; Associativism; Special Education.

## Introdução

Este artigo investiga as ações estatais relacionadas ao processo educacional da pessoa com deficiência, dando destaque às campanhas nacionais que tiveram início no ano de 1957. Discute a criação das classes especiais em Sergipe, que foram implantadas a partir do ano de 1976, e o apoio dado pelo Estado às instituições de Educação Especial. Também faz uma análise sobre a importância e o papel da luta das famílias na busca pela educação dos seus filhos com deficiência, que, tanto no Brasil, quanto em Sergipe, foi representada principalmente por meio do movimento das associações. Com o objetivo de compreender o papel das famílias no processo educacional das pessoas com deficiência e investigar como o Estado participou desse processo na segunda metade do século XX, foi realizada uma pesquisa documental conjugada com a História Oral Temática. Foram utilizados como fontes: legislações, jornais e narrativas coletadas por meio da técnica de entrevistas com educadores e familiares que tiveram importantes atuações no tema em questão, nesse momento histórico. Só foram utilizadas as iniciais dos nomes dos professores, pais e das pessoas com deficiência, como forma de proteger suas identidades.

Apesar deste artigo tratar de forma ampla a questão da deficiência, pode-se perceber, no decorrer de sua leitura, que o tipo de deficiência mais evidenciada é a intelectual. Tal fato é decorrente dessa deficiência em especial ser a que tinha, no período analisado, um quantitativo maior de alunos atendidos nas instituições pesquisadas neste trabalho. A escolha das instituições teve como critério o nível de representatividade junto à sociedade sergipana no intervalo de tempo analisado. Quanto a este recorte temporal, sua escolha decorre do fato de que a partir dos anos de 1950, começam a ser criadas várias instituições de educação especial e são implementadas iniciativas oficiais de âmbito nacional. Esse foi um período marcado pelas campanhas para o atendimento de pessoas com deficiências sensoriais (auditiva e visual), assim como para as pessoas com “deficiência mental” (termo utilizado na época). Com este movimento, a educação das pessoas com deficiência passa a ter uma maior visibilidade, tanto a nível nacional, quanto a nível estadual, tendo como referência o estado de Sergipe.

### **Ações estatais e a educação das pessoas com deficiência**

No ano de 1957 aconteceu a primeira campanha nacional, Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (Cesb), que tinha por finalidade promover educação e assistência por meio de ações diretas ou por intermédio de convênios com entidades públicas ou particulares em todo o território nacional. A segunda foi em 1958 – Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, depois de dois anos o nome da campanha passou a ser Campanha Nacional para a Educação dos Cegos (CNEC). O objetivo dessa campanha era oferecer atendimento educacional as pessoas com deficiência, além de treinamento e especialização para professores e técnicos da educação. Em 1960 foi a vez da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (Cademe), essa teve sua origem por meio da influência de movimentos organizados pelas Apaes e pela Sociedade Pestalozzi, tendo por finalidade a promoção da educação, treinamento e reabilitação das crianças com “retardamento mental” (BUENO, 2016).

Essas campanhas foram importantes e suas ações possibilitaram a realização de diversos encontros em que foram discutidas questões de extrema importância com relação à educação das pessoas com deficiência, contudo, de acordo com Bueno (2016), ficaram bem claros os benefícios e a influência obtida pelas instituições privadas por meio destas.

No ano de 1971 foi aprovada a LDB (Lei nº 5.692/71), que no seu nono artigo anunciava que os “excepcionais” deveriam ter um tratamento especial e diferente da LDB de 1961 (Lei nº 4.024/61), que apenas dedicou um capítulo à educação dessas pessoas, a lei de 1971 direcionou esta questão como pertencente ao ensino regular. Nesse momento, a Educação Especial começa a ser mais presente nos discursos oficiais.

As campanhas Nacionais foram extintas no ano de 1973<sup>3</sup>, quando o então presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) cria o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), com o objetivo de organizar a Educação Especial brasileira, promovendo um melhor atendimento as pessoas com deficiência.

A Educação Especial brasileira, que teve origem com a criação dos institutos imperiais para cegos e surdos, se incorpora, na década de 1970, às prioridades da educação nacional. Contudo, para Bueno (2016), não se pode analisar essa trajetória apenas por meio da expansão das oportunidades, pois em paralelo à democratização do acesso à escola para as pessoas com deficiência uma série de interesses foram correspondidos, entre esses: a crescente privatização da Educação Especial, a legitimação da imputação do fracasso escolar às características do aluno e a supremacia do conhecimento científico à própria construção sócio-histórica, o que acaba analisando as possibilidades das pessoas com deficiência apenas pela via de suas dificuldades específicas.

A Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1981, proclama o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, com o objetivo de incentivar a criação de leis e movimentos que buscassem dar oportunidades para essas pessoas. A partir desse movimento é criado o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, que foi formulado pela Assembleia da ONU em 1982. O objetivo desse programa era:

[...] promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de “igualdade” e “participação plena” das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento. Isto significa oportunidades iguais às de toda a população e uma participação equitativa na melhoria das condições de vida resultante do desenvolvimento social e econômico. Estes princípios devem ser aplicados com o mesmo alcance e a mesma urgência em todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento (ONU, 1982).

A Década Internacional das Pessoas Deficientes aconteceu de 1983 a 1993, no período muitas ações se efetivaram em todo o mundo, inclusive no Brasil, com uma maior atuação dos estados com relação à educação dessas pessoas, visto que a questão da deficiência ganhou uma maior visibilidade. Nesse ínterim, no ano de 1985, é criada a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), ligada ao Gabinete Civil da Presidência. No ano seguinte, no governo José Sarney (1985-1990), o Cenesp se transforma em Secretaria de Educação Especial (Sespe), passando a ser integrado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Quando o Cenesp é transformado em Sespe, é transferido para Brasília e com a reestruturação do Ministério da Educação em 1990, esse órgão é extinto e suas atribuições passam a ser da Secretaria Nacional de Educação Básica (Seneb). Com a saída do Presidente Fernando Collor de Mello, em

---

<sup>3</sup> “São extintas as Campanhas Nacional de Cegos (CENEC) e Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME), criadas, respectivamente, pelo Decreto nº 44.236, de 1º de agosto de 1958, com as alterações do Decreto número 48.252, de 31 de maio de 1960, Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960, cujo acervo financeiro e patrimonial se reverte ao CENESP” (Art. 10 do Decreto nº 72425 de 04/07/1973 / PE - Poder Executivo Federal). Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/61174-cria-o-centro-nacional-de-educacao-especial-cenesp-e-das-outras-providencias.html>. Acesso em: 13/10/2019.

1992, esse órgão volta a ser Secretaria de Educação Especial (Seesp), nesse momento com nova sigla e fazendo parte da estrutura básica do MEC.

A Educação Especial passou por várias estruturas administrativas, sendo o serviço responsável por ela uma coordenação, num primeiro momento, passando por um centro, um departamento e, após, uma secretaria. Com essas mudanças houve implicações tanto funcionais e financeiras, quanto educacionais, revelando os direcionamentos e níveis de importância que vai garantindo ou perdendo no decorrer do tempo.

Em meados da década de 1970, o Cenesp, de acordo com Iara Maria Campelo Lima<sup>4</sup>, dava toda a sustentação para Educação Especial nos estados e municípios no que concerne à formação de profissionais e fornecimento de equipamentos. Contudo, Iara Campelo tem uma visão diferente quanto à importância desse órgão ter sido vinculado ao MEC no ano de 1986, se transformando em uma secretaria (Sespe). Para ela, o Cenesp:

Era assim uma coisa muito separada, na época a gente não percebia, estava assim uma maravilha porque tinha a fonte que dava suporte à educação no estado de Sergipe. Mas com a ida para o Ministério da Educação, ficou mais integrado com a educação básica, possibilitando uma discussão sobre as potencialidades que essas pessoas também têm. (LIMA, 14/05/2019).

Pode-se constatar, por meio desta declaração, que pessoas diretamente envolvidas com o processo de mudanças ocorridas na estrutura administrativa relacionadas à Educação Especial perceberam que essas também trouxeram melhorias. Como exemplo, o fato de que antes, por estar distante do ministério responsável pela educação do país (o Cenesp ficava no Rio de Janeiro), ele ficava desvinculado das decisões referentes ao ensino regular, se tornando uma espécie de sistema de educação paralelo.

Em Sergipe, o governo estadual teve uma atuação mais ativa por meio da implantação das chamadas classes especiais em sua rede de ensino no ano de 1976. No ano anterior a Secretaria de Educação desse estado fez uma avaliação para conhecer o público que seria atendido e o seu quantitativo. Segundo Iara Campelo, as pessoas com deficiência visual e auditiva já eram bem atendidas pelo Centro de Reabilitação Ninota Garcia, conhecida instituição de educação especial, e por isso o público-alvo dessas classes especiais consistia nas pessoas com deficiência intelectual (na época, deficiência mental). Para ela:

O governo de Sergipe não sentia a pressão social para a criação de uma política pública para a educação das pessoas com deficiência, mas começou a perceber a necessidade de fornecer educação para essas pessoas por meio do seu sistema educacional ao ser constatado o desenvolvimento obtido pelos alunos com deficiência das camadas mais

---

<sup>4</sup> No período entre novembro de 1976 e fevereiro de 1977, Iara Maria Campelo Lima foi uma das responsáveis pela implantação das classes especiais no Estado de Sergipe. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1198440734488421>. Acesso em: 19/10/2019.

abastadas da população, que recebiam atendimentos de acordo com suas necessidades (LIMA, 14/05/2019).

Antes dessas classes, os alunos com deficiência que eram filhos de pais das camadas mais pobres da população só tinham a opção de estudar em instituições de educação especial, a educação pública não propiciava esta oportunidade. O Estado contribuía para a educação dessas pessoas apoiando essas instituições por meio do direcionamento de verbas públicas e na concessão de professores e funcionários para trabalharem nelas.

O trabalho pedagógico, orientado pelo Cenesp e realizado nas classes especiais, era por meio de cadernos prontos, encaminhados pelo órgão. “Era muito na perspectiva da preparação” (LIMA, 14/05/2019). Esses traziam um conteúdo voltado para o trabalho psicomotor, conhecido na época como “prontidão”, e talvez por conta disso se percebia pouca evolução, ficando o aluno preso sempre num mesmo nível de aprendizagem. O trabalho com a psicomotricidade é importante no início da prática educativa, mas de modo muito lúcido Iara nos traz que: “Tudo isso é importante, mas não saía daí. Tinham que ser trabalhadas as percepções auditivas e visuais, dar outros tipos de oportunidades. O problema era a dificuldade de as pessoas acreditarem na capacidade de superação” (LIMA, 14/05/2019). Neste sentido, observa-se que a incredibilidade quanto ao potencial das pessoas com deficiência impunha limites na oferta de possibilidades de uma educação de qualidade, que lhes propiciasse real condição de êxito no campo educacional.

Quanto à atuação do Estado de Sergipe junto às instituições de educação especial, no que se refere ao apoio financeiro, à concessão de professores e capacitação destes, foi constatada, por meio das falas de todas as pessoas entrevistadas e dos documentos analisados, uma parceria entre o poder público e algumas dessas instituições. Uma das instituições beneficiadas foi o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, com o qual foi firmado um convênio entre o Estado de Sergipe e a União Sergipana de Assistência (USA), nos seguintes termos:

I- O centro de Reabilitação “Ninota Garcia” construído pelo Estado de Sergipe em colaboração com a União Sergipana de Assistência, com o equipamento e aparelhagem necessárias, será mantido e posto em funcionamento pela União Sergipana de Assistência.

II- O Estado obriga-se a colocar funcionários à disposição do Centro sobretudo as professoras e técnicos contratados para esse fim.

As despesas de combustível, lubrificantes e materiais para veículos, serão feitas dentro da verba específica da Secretaria de Educação Cultura e Saúde, constante de orçamento. [...] (GARCIA FILHO, 1966, p. 61).

Importante ressaltar que o idealizador e fundador do Ninota Garcia, Antônio Garcia Filho, era irmão de Luiz Garcia, que governou o estado de Sergipe entre 1959 e 1962. O nome do Centro foi em homenagem à sua cunhada, esposa de Luiz Garcia, a senhora Emília Marques Pinto Garcia, que era conhecida de forma carinhosa como “Ninota Garcia”. Também, a própria USA, que era uma entidade de caráter filantrópico fundada em 30 de março de 1959, por Luiz Garcia, e se caracterizava como uma instituição beneficente,

tinha como presidente a própria Ninota Garcia, o que possibilita a compreensão da afirmação de que “nos anos de 1960, o ‘Ninota Garcia’ viveu seu tempo de maior prestígio e reconhecimento público, como entidade filantrópica dirigida pela família Garcia” (SOUZA, 2007, p. 145). Contudo, ainda de acordo com Souza (2007), nos seus últimos anos de funcionamento, no início da década de 1980, a instituição já se encontrava com muitas dificuldades financeiras.

O Centro também recebia doações de particulares, comercializava produtos feitos por alunos e professores, realizava campanhas para angariar fundos, cobrava taxas de inscrição em alguns serviços e recebia verbas e subvenções federais e municipais, além de contratos com institutos previdenciários e organizações de cunho assistencial (OLIVEIRA, 2014). De acordo com MHG, diretora da instituição nos últimos dez anos de seu funcionamento, quando ela estava na direção, os convênios e os professores e profissionais especializados foram ficando cada vez mais escassos, além disso, os cursos de capacitação já não mais aconteciam.

Outra instituição que merece destaque é a Sociedade de Ensino e Reabilitação Rosa Azul. A partir de uma visita que CC, presidente desta instituição, fez em algumas escolas do estado de Sergipe, em um momento em que estava em busca de professores que se interessassem em ingressar na Educação Especial, a professora MC se interessou por esta possibilidade, conheceu a instituição e passou a trabalhar no local. Nesse período, a Rosa Azul estava firmando um convênio com o governo de Sergipe, no qual este estaria disponibilizando alguns professores de sua rede. MC, que trabalhou nessa instituição como professora cedida pelo Estado até se aposentar, informou, por meio de entrevista, que a maioria dos funcionários que trabalharam junto com ela também estava nessa mesma situação. Os únicos profissionais que não dispunham de vínculo com o Estado eram os da psicologia, esses eram contratados pela própria instituição.

O município de Aracaju, assim como o governo estadual, também cedia professores e estagiários da sua rede. De acordo com a professora MC, os governos estadual e municipal sempre foram imprescindíveis para a manutenção da Rosa Azul, não só cedendo profissionais, como também colaborando com a merenda escolar, o que considera uma ajuda muito importante, além de possibilitar cursos para esses profissionais. As verbas públicas que recebiam eram federais, oriundas da Legião Brasileira de Assistência (LBA), mas não eram suficientes para cobrir todas as despesas. A instituição nunca cobrou nenhum tipo de taxa dos seus alunos. A Rosa Azul também recebia muita doação de particulares e de empresários.

Quanto à Apae de Aracaju, esta recebeu apoio do governo do estado de Sergipe desde o início do seu trabalho junto às pessoas com deficiência. No primeiro momento, suas atividades eram realizadas numa sala no Estádio Lourival Batista, sendo que esse local havia sido cedido pela Secretaria Estadual de Educação. Contudo, diante do aumento do número de atendidos, a instituição alugou uma casa na Rua Arauá, no ano de 1973. Nesse período foi tentado, sem sucesso, um convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A justificativa para a recusa foi o descrédito quanto ao desenvolvimento educacional das pessoas com deficiência. Depois que a nova sede foi construída (1979) com o apoio de empresários e da sociedade sergipana, a Apae também começou a receber verbas públicas federais e vários professores da rede estadual e municipal foram cedidos para trabalhar na instituição (MENDONÇA, 2017).

Outra instituição de relevante trabalho é a Associação dos Amigos do Autista de Sergipe (Amas). MCr, uma de suas fundadoras, informa que conseguiu, no governo de Antônio Carlos Valadares (1987-1991), falar com a primeira dama do estado, Ana Luíza Dortas Valadares, que na época era diretora da LBA. No início recusaram dar apoio à instituição alegando que o autismo não fazia parte das deficiências atendidas pelos programas de assistência, mas depois acabaram aceitando. “Nesse período chegamos a receber um salário mínimo por aluno assistido, então começamos a fazer um trabalho realmente bom, e com o dinheiro que os pais doavam conseguimos pagar até plano de saúde para os nossos profissionais” (MCr, 04/04/2019). Este valor, referente ao apoio financeiro, perdurou por toda as décadas de 1980 e 1990, acompanhando os aumentos salariais. Após esse período, ficou estagnado e começou a ser achatado, em decorrência da inflação. Quando os alunos assistidos pela instituição passaram a receber o Benefício de Prestação Continuada<sup>5</sup>, amparados pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) nº 8.742 de 1993, as verbas federais destinadas à instituição tiveram seu valor ainda mais reduzido. A Amas também contava com um convênio junto ao governo estadual, porém, segundo a presidente da instituição, o dinheiro recebido por meio deste atrasava muito e na mudança entre governos sempre era cortado e depois reiniciado.

Das instituições pesquisadas, a única que não recebeu profissionais e nem formação destes pelos órgãos públicos foi a Amas, provavelmente por conta de o autismo nesse momento não ser considerado uma deficiência<sup>6</sup>. Porém, foi essa instituição que recebeu verbas consideradas de maior valor financeiro por aluno assistido, segundo informação dada pela sua primeira presidente em entrevista concedida. De acordo com praticamente todos os entrevistados nesta pesquisa, o Estado pouco ou quase nada contribuiu para a educação das pessoas com deficiência que estavam nas instituições. Porém, no íterim dos próprios discursos deixavam claro que essa participação estatal se efetivava de maneiras diversas: cedendo professores e demais profissionais efetivos do Estado para trabalharem nas instituições, fornecendo merenda escolar, por meio da concessão de verbas públicas, equipando essas instituições com materiais pedagógicos e maquinários específicos.

Conclui-se, portanto, que independente dos motivos ou das representações inerentes aos discursos, não se pode negar a importância do apoio governamental para a existência e manutenção dessas instituições. A Educação Especial demanda capacitação profissional de qualidade, aparelhos e equipamentos onerosos e assistência por meio de profissionais do campo da saúde. Todo este aparato é muito dispendioso e sem o apoio público as instituições de educação especial não sobreviveriam sozinhas.

---

<sup>5</sup> Benefício de assistência social, no valor de um salário mínimo, pago mensalmente às pessoas idosas ou com deficiência que não podem garantir a sua sobrevivência por conta própria ou com o apoio da família. Disponível em: [http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/previdencia-social/cartilha\\_BPC\\_MDS\\_previdencia.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/previdencia-social/cartilha_BPC_MDS_previdencia.pdf). Acesso em: 18/10/2019.

<sup>6</sup> O autismo passou a ser considerado uma deficiência, para todos os efeitos legais, a partir da Lei Nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Essa lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, estabelecendo diretrizes para sua consecução. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm). Acesso em: 27/10/2019.

## A força do associativismo no tempo presente

As associações, nas sociedades contemporâneas, não são algo recente, Tocqueville<sup>7</sup> em 1835, na sua obra *A Democracia na América*, já discutia este tema. Este autor observou que o direito de associações, importado da Inglaterra, tinha se enraizado nos costumes e hábitos dos norte-americanos de uma forma mais atuante que no povo inglês. Ele classificou as associações constituídas nos Estados Unidos como verdadeiros exércitos, em que as pessoas trocavam experiências e se animavam para juntas lutarem por seus direitos. Esses movimentos associativos constituíram-se como ferramentas que permitiram, de modo organizado, solucionar determinados problemas públicos, principalmente os que o Estado se omitia ou negligenciava. Essas associações tinham organização e expressão de modo privado, mas com finalidades públicas, atuavam por meio de instituições sem fins lucrativos, podendo ser constituídas legalmente ou de modo informal (LOCKS, 2015; REIS, 2017).

No Brasil, por conta dos vários problemas sociais existentes, o modo pelo qual a sociedade civil se organizou passou a ser uma legítima fonte de reivindicação de pautas junto ao Estado. E foi devido à pouca participação do setor público nas demandas referentes às pessoas com deficiência, que grupos de familiares e amigos passaram a se reunir em associações para que essas pessoas não ficassem à margem da sociedade. Esses movimentos buscavam, inicialmente, criar atendimentos voltados para as áreas da saúde e da educação. A expressão associativismo, tratada neste texto, diz respeito às associações estabelecidas num processo voluntário para a promoção de ações com fins comuns (REIS, 2017).

A participação das famílias nessas associações foi imprescindível para que as pessoas com deficiência alcançassem uma série de direitos que lhes eram negados, dentre esses, o direito à educação. Importante salientar que a história dos movimentos sociais pelos direitos das pessoas com deficiência só teve início depois da Segunda Guerra Mundial e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU em 1948. Anterior a isso, até o final do século XVIII e início do século XIX, essas pessoas viveram situações diversas, sendo inclusive eliminadas quando nasciam<sup>8</sup>. Essas atitudes estavam diretamente ligadas às ideologias por trás dos conceitos dos padrões dominantes estabelecidos pelo ser humano em determinados locais e tempos históricos (BIANCHETTI, 2006). Esta transformação nos paradigmas vigentes só começa a

---

<sup>7</sup> Alexis Charles-Henri-Maurice Clérel de Tocqueville (1805-1859), conhecido como Alexis de Tocqueville, foi um pensador político e estadista francês, considerado um grande teórico sobre a democracia americana. Sua obra *A Democracia na América*, escrita em quatro volumes, não foi um livro sobre os EUA. Com sua escrita pretendeu mostrar um país democrático à França, mesmo tendo consciência de que os Estados Unidos não eram um exemplo a ser seguido devido ao problema da escravidão, sendo esse um estudo comparativo. A partir da sua pesquisa concluiu que o povo americano, no seu conjunto, era um povo mais esclarecido por conta de sua educação política, cuja prática considerava mais avançada. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5680/2885>. Acesso em: 30/10/2019.

<sup>8</sup> Essas eliminações ocorriam de modos diferentes, de acordo com a cultura de cada povo. Um exemplo desse fato ocorria na tribo dos índios Ajores, que enterravam seus bebês com deficiência, junto com o cordão umbilical e a placenta, pois era necessário que todos da tribo tivessem boa saúde para colaborarem com os trabalhos que propiciariam a sobrevivência do grupo (SILVA, 1987).

ser perceptível quando a sociedade começa a mudar, de forma significativa, a sua visão de ser humano, influenciada pela propagação das ideias iluministas e da Revolução Francesa (século XVIII), que colocou o homem no centro do universo, entrando em cena a ciência e todos os seus questionamentos críticos.

A Europa foi precursora no pensamento de uma educação destinada às pessoas com deficiência. Tal pensamento acabou gerando a criação de muitas instituições voltadas para a educação dessas pessoas na própria Europa, como em vários outros países de outros continentes, como a América. A primeira escola para surdos na América do Norte foi criada no ano de 1817, nos Estados Unidos, sendo que o Estado americano passou a manter uma escola para cegos em 1937, na cidade de Nova York. Esta medida foi de grande importância para uma maior conscientização quanto às obrigações do Estado ante a educação dessas pessoas (STAINBACK e STAINBACK, 1999). Mas ainda nesse momento, imperava um grande silêncio das famílias e das pessoas com deficiência, talvez por conta da ideia difundida quanto à incapacidade desse grupo de pessoas, o que gerava culpa e vergonha, ocasionando atitudes como a de esconder ou a de abandonar<sup>9</sup>. Era o paradigma da institucionalização, que trazia a concepção de que as pessoas com deficiência deveriam ser afastadas do convívio social, possibilitando que os considerados normais não fossem obrigados a ter que conviver com elas.

Por meio de um anúncio que o pai de uma criança com paralisia cerebral publicou no jornal *Times* de Nova York, na década de 1940, outros pais que passavam por situação parecida se identificaram e acabaram criando uma associação: *New York State Cerebral Palsy Association*<sup>10</sup>. Essa associação tinha o objetivo de conseguir fundos para serem desenvolvidas pesquisas, além de criar uma pressão no governo para que esse se organizasse e criasse leis que amparassem as pessoas com deficiência (MAZZOTTA, 2011). Esses movimentos se intensificaram com o fim da Segunda Guerra Mundial, numa fase em que toda a sociedade americana sofria com as consequências geradas por esta, visto que milhares de pessoas adquiriram algum tipo de deficiência. Um outro grupo de pais americanos, em meados de 1950, se organizou para fundar a *National Association for Retarded Children*<sup>11</sup> (Narc). Esses pais tinham por objetivo principal lutar pelo direito à escolarização dos seus filhos com deficiência intelectual, que eram tidos como ineducáveis. Esse grupo influenciou a criação de outros em vários países (MAZZOTTA, 2011).

No Brasil, o exemplo da Narc foi a mola precursora para a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) em 1954, no Rio de Janeiro, pela norte-americana Beatrice Bennis, que era membro do corpo diplomático norte-americano e tinha uma filha com Síndrome de Down. Nesse período já existiam nos Estados Unidos mais de 250 associações de pais e amigos. Beatrice se admirou por não existir no Brasil uma instituição deste tipo, e motivado por ela, um grupo de pais, amigos, professores e médicos de

---

<sup>9</sup> Muitas famílias abandonavam seus filhos com deficiência deixando-os à mercê da caridade. Uma forma de abandono muito difundida na Europa e até no Brasil, nos séculos XVIII e XIX, era as chamadas rodas dos expostos. Essa era uma porta giratória colocada geralmente na porta de igrejas ou instituições de caridade na qual as famílias abandonavam seus filhos. Desses, muitos tinham algum tipo de deficiência. A roda dos expostos, no Brasil, chegou até o ano de 1961 (MAZZOTTA, 2011).

<sup>10</sup> Associação de Paralisia Cerebral do Estado de Nova York (Tradução da autora).

<sup>11</sup> Associação Nacional de Crianças Retardadas (Tradução da autora).

“excepcionais” (outra terminologia usada no período para identificar pessoas com deficiência) fundou a primeira Apae do Brasil.

Nesse mesmo ano, em São Paulo, pela iniciativa isolada de familiares de pessoas com deficiência auditiva, é fundado o Instituto Educacional São Paulo. Especializado em pessoas com surdez, no início tinha apenas três professores, todos pais de alunos. Esse instituto começou atendendo cinco crianças entre cinco e sete anos de idade, era organizado pela sociedade civil, particular e não tinha fins lucrativos (MAZZOTTA, 2011).

Porém, antes das Apaes, em 1926, foi fundado o primeiro Instituto Pestalozzi, no Rio Grande do Sul, esse instituto se expandiu no Brasil por meio do trabalho realizado pela educadora Helena Antipoff. Essa instituição foi uma grande parceira no processo de criação da primeira Apae brasileira. O movimento apaeano, então, vai assumindo grande importância, sendo que seu fortalecimento acaba ganhando relevância política. Nesse contexto das primeiras organizações especializadas, foi fundada em São Paulo, no ano de 1950, a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD). Importante salientar que essas organizações nasceram num contexto populista, paternalista e assistencialista, no qual existia uma divisão dos custos, compartilhada entre as organizações acima citadas e o Estado por meio da filantropia (REIS, 2017). Contudo, mesmo com esse compartilhamento, as famílias acabaram relegando para si obrigações que seriam do Estado.

Com o crescimento do movimento apaeano, segundo Mendes (2010), surge a necessidade da criação de um órgão que representasse as instituições que foram sendo criadas e seus interesses. Então, em 1962, é criada a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapae), que realizou seu primeiro congresso nacional no ano de 1963 e passou a se configurar como o maior movimento filantrópico de famílias com pessoas com deficiência no Brasil, se ramificando em federações estaduais que possibilitaram a criação de associações em vários municípios brasileiros. Todas compactuando com a mesma ideologia, a da luta e do forte engajamento familiar, reivindicando direitos e organizando movimentos junto aos governantes no intuito de serem criadas e de serem efetivadas novas leis em prol das pessoas com deficiência. Segundo Reis:

Os movimentos sociais crescem na conflituosa década de 1960, que foi cenário da ditadura militar. Após a redemocratização do país, em 1988, passam a se ressignificar e, dessa forma, a luta passa a ter novas pautas, novos debates e discussões entre a sociedade civil e governo. Surgem novas formas de organização populares, mais institucionalizadas para atuar na formulação e implementação das políticas sociais e contra os resquícios do assistencialismo e patrimonialismo instaurados anteriormente (REIS, 2017, p. 15).

A partir de então, os movimentos sociais ficaram mais sólidos e cresceram rapidamente em todo o país. As associações relacionadas às pessoas com deficiência possuíam autonomia, mas mantinham uma interligação junto ao Estado e à sociedade civil e empresas privadas. Com relação ao Estado, por meio do

repassse de verbas, e com as empresas e sociedade, por intermédio das “verbas caridosas” de sócios beneméritos. Ao longo dos anos de 1980, esses movimentos se fortalecem por meio da realização de encontros nacionais, reuniões e manifestações que tornaram públicas as carências existentes no cotidiano das instituições. Nesse período é criada a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, em que, pela primeira vez, associações de vários estados do Brasil e tipos de deficiência se reúnem para organizar uma luta única pelos direitos dessas pessoas. A principal reivindicação era a possibilidade do protagonismo de suas vidas e de um papel político ativo, em oposição ao caráter de caridade, passivo e de tutela, que foi a marca das ações nos movimentos anteriores (REIS, 2017; IMPERATORI e NEVES, 2019).

Com o 3º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, ocorrido no ano de 1983, o movimento das pessoas com deficiência ganha novas perspectivas com as propostas de manutenção de uma organização nacional única. Contudo, sendo formada por membros com tipos diversos de deficiência e a organização de entidades independentes para representar questões específicas de cada tipo de deficiência, o movimento unificado não poderia aprofundar as questões particulares de cada segmento. Ao final, ficou decidido que cada área de deficiência organizaria sua federação nacional e que seria criado um Conselho Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, para os assuntos comuns.

Em Sergipe, duas das instituições que foram pesquisadas neste trabalho estão diretamente relacionadas ao movimento associativo de familiares que buscavam um local para que seus filhos recebessem educação formal. Foram elas a Apae de Aracaju (1968) e a Amas (1987).

A Apae de Aracaju foi fundada pelo senhor PD, pai de um menino com paralisia cerebral. Nesse período as famílias enfrentavam dificuldades como o preconceito social e as muitas formas de exclusão existentes. Era difícil encontrar escolas que aceitassem uma pessoa com deficiência; além disso não havia professores voltados para uma prática relacionada à educação especial. “Na época, encontrar escolas era quase impossível. Diante de tais dificuldades, ele procurou outras famílias que tinham os mesmos objetivos, ‘cuidar de seus filhos com deficiência’, para juntos encontrarem uma solução” (MENDONÇA e SOUZA, 2018, p. 43).

Devido ao preconceito social muitas famílias negavam a existência das crianças com deficiência e, por conta disso, poucas utilizavam os serviços ofertados. Para aumentar o quantitativo de alunos, foram realizadas visitas às famílias em que havia filhos ou parentes com deficiência, e quando um número razoável foi alcançado, as atividades educacionais tiveram início. Para L, mãe de RI, a existência da Apae foi muito importante, pois não existia na cidade de Aracaju outro local para seu filho estudar, tanto que ele estudou lá por vários anos. RI foi diagnosticado com autismo severo na fase adulta e, devido ao seu quadro geral, a mãe enfatiza: “Ele estudou até grande, estudou não, frequentou até bem adulto” (L, 01/06/2019). De acordo com a genitora, seu filho tinha crises comportamentais constantes, o que dificultava sua participação nas atividades propostas.

Importante salientar que no começo do funcionamento da Apae de Aracaju, os seus professores não tinham conhecimento sobre como realizar um trabalho relevante com pessoas com deficiência, por conta

disso alguns foram enviados para a Apae do Rio de Janeiro, onde passaram cinco meses estagiando e obtendo formação na Educação Especial. Após esse primeiro momento, os professores passaram por muitas outras capacitações, inclusive dentro da própria instituição. A informação trazida pelas professoras MA e RM foi de que eram cursos bons, apesar de não haver períodos certos para essas formações. As profissionais eram enviadas para diversos estados do Brasil, o que demonstra que a associação buscava capacitá-las da melhor forma possível, de modo que pudessem oferecer um atendimento de qualidade às pessoas assistidas. O maior problema enfrentado por essa instituição, citado nas entrevistas, era de ordem financeira, decorrente dos períodos em que as verbas públicas sofriam descontinuidades.

Outra instituição fundada por grupos de famílias foi a Amas, como já foi informado. Ela foi criada por um grupo de quatro famílias de filhos com autismo que precisavam de uma instituição que os recebesse e lhes desse educação formal. MCr, mãe de RA, foi a protagonista dessa iniciativa e a luta para a fundação da Amas foi por perceber que as outras instituições que já existiam, a exemplo do Ninota Garcia, Rosa Azul e Apae, no final da década de 1980, ainda não tinham um trabalho pedagógico mais específico para as necessidades provenientes do transtorno autista. Com o intuito de dar maior visibilidade à questão do autismo, angariar fundos, formar parcerias e fomentar a busca cada vez maior por conhecimento, a instituição promoveu duas jornadas de saúde mental.

A Primeira Jornada de Saúde Mental da Criança e do Adolescente começou em Sergipe no dia 16 de outubro de 1987 e contou com a participação de alguns médicos de São Paulo e outros funcionários da Ama desse mesmo estado. Se estendeu a psicólogos, psiquiatras, pediatras e demais profissionais voltados para a educação (COMEÇA A I JORNADA... Gazeta de Sergipe, 1987, p. 2). Nessa jornada apareceram mais famílias cujos filhos tinham autismo e que estavam em casa, sem nenhum tipo de tratamento, alguns dos quais já tinham o diagnóstico definido. Participaram também dessa jornada estudiosos do autismo de várias partes do Brasil, e no período de intervalo entre as palestras que ministravam, a Amas aproveitava suas presenças para que dessem consultoria e atendessem os alunos, realizando diagnósticos.

Algum tempo depois da primeira jornada (não foi obtida uma data precisa), a Amas promoveu a segunda jornada de saúde mental, quando recebeu a visita de uma pedagoga argentina, buscando ser voluntária. Segundo MCr, essa profissional fez todo o planejamento pedagógico institucional e das salas de aula, referente às atividades dos alunos. O trabalho passou a ser individualizado, com no máximo dois alunos por professora, com ênfase no comportamento e na construção da autonomia. Foi sendo desenvolvido um trabalho multidisciplinar com o apoio de um professor de educação física que trabalhava a psicomotricidade. “Essa pedagoga fez um trabalho muito bom. A Amas, nesse período, passou a ter um trabalho conhecido nacionalmente” (MCr, 04/04/2019). Antes dessa orientação pedagógica, as atividades realizadas na instituição eram o reconhecimento de números, letras, formas geométricas, a percepção gustativa em que se trabalhava a questão da seletividade alimentar, a mastigação de alimentos.

MG, outra fundadora da Amas e mãe de SA, comenta que a partir desta segunda jornada começaram a fazer um trabalho melhor fundamentado pedagogicamente e que aos poucos foi ganhando credibilidade também junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). “Teve esse começo muito bonito, a gente fazia

feiras, eventos. Era muito trabalho, mas era gratificante” (MG, 29/04/2019). Esse envolvimento das famílias pela causa do autismo acabou despertando o interesse da mídia e com isso a instituição foi ganhando crescente credibilidade quanto ao seu trabalho. Além disso, a causa do autismo foi deixando de ser desconhecida para a sociedade do período. De acordo com Chartier:

Perante as ideias, ou melhor, perante os conceitos que utilizam os homens de uma época, fornecendo-lhes um conceito próprio dessa época, a tarefa do historiador das ideias é, portanto, a de substituir a busca de uma determinação pela de uma função, função essa que só pode ser apreendida se for considerado globalmente o sistema ideológico da época considerada (CHARTIER, 1988, p. 49).

Neste sentido, pode-se considerar que a função desses movimentos era a de representar a união das famílias das pessoas com deficiência que, além de buscarem a efetivação dos seus direitos, buscavam alertar a sociedade para com os seus deveres. Entre esses deveres, os de proporcionar a possibilidade de as pessoas com deficiência provarem suas potencialidades de forma a terem a oportunidade de atuarem ativamente, como qualquer outro cidadão. Neste contexto, é importante salientar o papel desempenhado por essas famílias nesta luta, que tanto no Brasil, quanto em Sergipe, foi principalmente representada pelo movimento das associações.

## **Considerações finais**

No estado de Sergipe, na segunda metade do século XX, existiam ações dos municípios e do Estado voltadas para as pessoas com deficiência, mas ante a demanda existente, eram inexpressivas, e o surgimento das instituições particulares foi justamente em resposta ao pouco envolvimento do poder público. Todavia, muitas não conseguiram se manter devido à falta de recursos próprios e de apoio financeiro, tanto de parceiros privados quanto de órgãos públicos. No período entre as décadas de 1970 e 1980, o governo de Sergipe passou também a desenvolver ações voltadas às pessoas com deficiência, sempre em consonância com as diretrizes nacionais.

Nesse contexto, o associativismo foi um movimento importante como forma de garantir acesso à educação por parte das pessoas com deficiência. Se configurou por meio da associação de familiares que fundaram essas instituições educacionais especializadas no atendimento deste alunado, que antes não participava do sistema educacional. Num período de reduzidas políticas públicas nas questões relacionadas às pessoas com deficiência, além da educação, esses grupos também lutavam por maior visibilidade social em busca de melhores condições de vida e a efetivação de direitos como cidadãos. Com a fundação das instituições, o poder público passou a ter uma interligação com essas por meio do repasse de verbas públicas,

cedendo professores e demais funcionários, fornecendo merenda escolar e equipando-as com maquinários e materiais pedagógicos.

Compreende-se, então, que as ações que se efetivaram na possibilidade educacional das pessoas com deficiência partiram de seus familiares e não de uma política pública voltada para este fim. Neste sentido, ações partiram do associativismo e da luta de familiares, principalmente por meio da fundação de instituições. Contudo, foi constatado que essas instituições teriam dificuldades na manutenção de suas atividades e de seus profissionais sem a presença do Estado, isso devido ao aparato dispendioso necessário ao bom funcionamento desses locais. O governo estadual também participou da educação das pessoas com deficiência com a implantação das primeiras classes de educação especial, na década de 1970. Essas se tornaram mais um lugar onde os alunos com deficiência puderam estudar, visto que antes só era possível por meio das instituições especializadas.

## Referências

- ALMEIDA, MC. 2019. Entrevistadora: Walna Patrícia de Oliveira Andrade. Aracaju. 11.06.2019.
- BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Orgs.). **Um olhar sobre a diferença**. São Paulo: Papyrus, 2006.
- BRASIL. Decreto nº 72425 de 04/07/1973/Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/61174-cria-o-centro-nacional-de-educacao-especial-cenesp-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em: 13/10/2019.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 4024, 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 04/10/2019.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 5692, 11 de agosto de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 04/10/2019.
- BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade**. São Paulo: EDUC, 2016.
- CARVALHO, CC. 2019. Entrevistadora: Walna Patrícia de Oliveira Andrade. Aracaju. 23.05.2019.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- COMEÇA A I JORNADA de Saúde. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, Nº 8.679, Ano XXXII, 16/10/1987.
- GARCIA FILHO, Antônio. **A Reabilitação em Sergipe**. Aracaju: Gráfica Aracaju, 1966.
- GARCIA, MH. 2011. Entrevistadora: Patrícia de Sousa Nunes Silva. Aracaju. 09.08.2011.
- GUIMARÃES, MG. 2019. Entrevistadora: Walna Patrícia de Oliveira Andrade. Aracaju. 29.04.2019.
- IMPERATORI, Thaís Kristosch; NEVES, Angela Vieira. Caminhos e perspectivas do associativismo das pessoas com deficiência no Distrito Federal. **Argumentum**, Vitória, v. 11 n. 2, p. 195-209, maio/ago.,

- 2019, DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v11i2.21840>. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/download/21840/18494>. Acesso em: 28/10/2019.
- JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2012.
- JESUS, RM de. 2019. Entrevistadora: Walna Patrícia de Oliveira Andrade. Aracaju. 03.07.2019.
- LIMA, Iara Maria Campelo. 2019. Entrevistadora: Walna Patrícia de Oliveira Andrade. Aracaju. 14.05.2019.
- LOCKS, Pompílio. Entre o autoritarismo e a democracia: notas sobre o associativismo porto-alegrense (1964 – 2012). In: XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais**. Porto Alegre: 2015. Disponível em: <http://automacaodeeventos.com.br/sociologia/sis/inscricao/resumos/0001/R1693-1.PDF>. Acesso em: 31/10/2019.
- MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: Como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara: Junqueira; Marin, 2010.
- MENDONÇA, Ana Cláudia Sousa. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – Aracaju: formação de professores e práticas educativas (1968-1988)**. São Cristóvão: Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Sergipe, 2017.
- MENDONÇA, Ana Cláudia Sousa; SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – Aracaju: formação de professores e práticas educativas (1968-1988)**. Aracaju: Criação, 2018.
- OLIVEIRA, Iadrelhe Souza de. **As práticas de atendimento do Centro de Reabilitação Ninota Garcia: Medicina e Educação**. São Cristóvão: Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Sergipe, 2014.
- OLIVEIRA, L. 2019. Entrevistadora: Walna Patrícia de Oliveira Andrade. Aracaju. 1º.06.2019.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Programa de ação mundial para as pessoas deficientes**, 16/10/1982. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/deficiente/progam.htm>. Acesso em: 16/10/2019.
- REIS, Ueslei Alves. **Desafios para o associativismo e participação em instituições especializadas no atendimento às pessoas com deficiência: o caso da APAE de Muritiba – BA**. Cachoeira: Monografia (curso superior de Tecnologia em Gestão Pública), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.
- SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Cedas, 1987.
- SOUZA, Verônica dos Reis Mariano de. **Gênese da educação de surdos em Aracaju**. Salvador: Tese (Doutorado), Universidade Federal da Bahia, 2007.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

*Submetido: 26/02/2020*

*Aceito: 21/02/2021*